

**ATA DA DÉCIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Muito bom dia, senhoras e senhores! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Quero apresentar a justificativa de ausência do deputado Junior Mochi, através da CI nº 24/2024, na data de hoje, por conta da instabilidade técnica no acesso virtual. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados! *"Ata da Décima Oitava Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Vinte e Um da Décima Sétima Sessão Ordinária. Não houve expediente a ser lido. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Caravina, Antonio Vaz, Pedro Kemp e João Henrique. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Renato Câmara, Coronel David e Zé Teixeira. GRANDE EXPEDIENTE - Usou da palavra a deputada Gleice Jane. ORDEM DO DIA - Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 284/2023, de autoria da deputada Mara Caseiro; Projeto de Lei nº 31/2024, de autoria do deputado Pedrossian Neto. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moções de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçadas à Igreja Mundial do Poder de Deus, nas pessoas do respeitado apóstolo Valdemiro Santiago de Oliveira e do bispo Alex do Carmo Almeida, líder religioso em Mato Grosso do Sul, pelos seus vinte e seis anos de fundação no Brasil, completos no último dia 9 de março; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada ao senhor Agnaldo da Costa Júnior, pelos seus vinte e um anos de serviços prestados ao handebol sul-mato-grossense; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada ao senhor Osmar Pereira Bastos, pelos seus quarenta anos de carreira como jornalista; requerimento de informações, de autoria do deputado Paulo Duarte; indicações, de autoria dos deputados Lia Nogueira, Pedrossian Neto, Lidio Lopes, Mara Caseiro, Junior Mochi, Zé Teixeira, Marcio Fernandes, Zeca do PT, Pedro Kemp e Antonio Vaz. O senhor presidente suspendeu a Sessão Ordinária para o uso da tribuna pelo professor Jaime Teixeira, representante da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul. EXPLICAÇÕES PESSOAIS - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e um de março do ano de dois mil e vinte e quatro."* Foi lida a ata, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Senhor presidente, senhoras e senhores deputadas, bom dia! Expediente da Sessão Ordinária de 26 de março de 2024: Mensagem nº 8/2024, do Poder Executivo, encaminhando o projeto de lei que altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 5.466, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino e Aprendizagem, sobre o processo de seleção dos dirigentes escolares e dos membros do Colegiado Escolar, no âmbito da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 30.960/2024, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, respondendo à indicação do deputado Junior Mochi; Ofício nº 263/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do deputado Zeca do PT; Ofícios nºs 1.287 e 1.296/2024, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Mara Caseiro e Jamilson Name; Ofícios nºs 406, 409 e 413/2024, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Rafael Tavares e João César Mattogrosso; Ofício nº 931/2024, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Professor Rinaldo; Ofício nº 409/2024, da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Zé Teixeira; Cartas nºs 1.174 e 1.175/2024, da Águas Guariroba, respondendo às indicações dos deputados Antonio Vaz e Professor Rinaldo. Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Agradeço. Senhores, eu quero informar a todos que dia 28 de fevereiro foi aniversário da Fundação Juliano Varela, essa instituição que presta um grande serviço à sociedade, que cuida de crianças e adolescentes com a Síndrome de Down. Hoje, a instituição está fazendo uma apresentação em Brasília, no Congresso Nacional, comemorando o Dia Internacional da Síndrome de Down. Nossos cumprimentos à Malu e à sua equipe! Vários colegas homenagearam a instituição e a sua fundadora. A Malu toca a fundação que a avó fundou. Então, parabéns por eles estarem lá, fizeram isso no Tribunal de Contas do Estado e hoje está no Congresso Nacional a Associação Juliano Varela. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares e todos que nos assistem pela TV Assembleia! Eu trago duas indicações. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado, com cópia ao senhor Hélio Peluffo, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, solicitando o serviço de pavimentação asfáltica na MS-446, no trecho até a ligação com a BR-262, no município de Miranda. Justificativa: a região encontra-se em situação muito ruim, portanto necessita urgentemente de reforma, para que os usuários tenham maior segurança. Além disso, a pavimentação asfáltica conectaria de forma mais direta e acessível a BR-262, facilitando o fluxo de pessoas e mercadorias e, conseqüentemente, impulsionando o desenvolvimento econômico e

social da região. É importante ressaltar que este é um pleito antigo da população que vive e trabalha na área. A falta de infraestrutura viária adequada tem sido um obstáculo significativo para o progresso local e limita o potencial de crescimento das atividades comerciais, educacionais e turísticas. Outra indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia autônoma ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Ednei Marcelo Miglioli, solicitando a implantação de uma praça no espaço público denominado Praça Artemizia, entre a avenida Manoel da Costa Lima e a rua Dona Neta. Justificativa: a construção de uma praça com benfeitorias como academia ao ar livre, pista de caminhada, iluminação adequada e, por fim, a construção de um parquinho infantil no local será fundamental para promover hábitos saudáveis e incentivar a prática de exercícios físicos. Acreditamos que a implantação da praça trará inúmeros benefícios para a comunidade, promovendo o bem-estar, a saúde e a integração social dos moradores. Portanto, contamos com o apoio e a atenção das autoridades. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp... Por inversão, com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente, nobres parlamentares, público presente, assistentes, imprensa e público que nos acompanham pela TV ALEMS, bom dia! Eu trago duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópia autônoma ao diretor-presidente do Detran, senhor Rudel Espíndola Trindade Júnior, solicitando a instalação de posto de atendimento do Detran no distrito de Nova Casa Verde, no município de Nova Andradina, por conta da quantidade de pessoas e residências naquela região, que necessitam dos serviços públicos prestados pelo mencionado órgão de trânsito. A solicitação se mostra de grande importância, porque o município que sedia a unidade do Detran fica distante 57 quilômetros do centro do distrito, dificultando sobremaneira a execução dos serviços públicos prestados pelo órgão. A presente reivindicação foi encaminhada ao nosso gabinete pelo prefeito de Nova Andradina, senhor José Gilberto Garcia. Documentação anexa. Lembrando que, na região, além de Nova Casa Verde, há assentamentos, em especial o Teijin, muito grande, com muitos moradores. Destaco, ainda, que já existe um local que pode ser utilizado como sede do Detran. A situação é favorável. Eu vou tentar marcar uma conversa com o diretor-presidente do Detran para tratar com ele deste assunto. A segunda indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópia autônoma ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, solicitando a implantação de acostamento e de radar fixo, com velocidade máxima de 60 quilômetros, na rodovia MS-276, mais precisamente na altura do KM 180, na entrada da Fazenda Santa Ilídia, no município de Batayporã, visando à melhoria na segurança dos moradores da fazenda e de toda a população que por lá trafegam. Há muitas famílias morando na fazenda e a entrada de acesso ao local não tem condições de trafegabilidade, portanto o risco de acidente é grande, inclusive já tendo ocorrido

acidentes no local. É preciso, portanto, que providências sejam tomadas. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado. Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Presidente, eu quero apenas falar a respeito da situação dos nossos colegas aposentados e pensionistas. Eu já falei ali individualmente com alguns deles sobre o projeto do Executivo. Como já foi dito aqui, o governo já encaminhou a esta Casa um pré-projeto, que oferecia um auxílio de 300 reais para aqueles que ganham até dois salários e meio. A comissão de deputados não concordou com a proposta e pediu que o Executivo apresente uma nova proposta, que deve ser encaminhada a esta Casa amanhã. É isso, presidente?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Depois do requerimento dos deputados, o governo ficou de apresentar a nova proposta hoje para amanhã protocolar.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Então, amanhã conheceremos o novo projeto, um projeto melhor. Esta Casa pediu que o auxílio alcance aqueles que recebem cinco salários mínimos. Vamos aguardar. Amanhã vocês terão mais informações a respeito do projeto que vem do Executivo. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu venho à tribuna para apresentar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de estado de Educação, solicitando providências no sentido de promover a reforma geral da Escola Estadual José Ferreira, localizada no distrito de Jupiá, em Três Lagoas. Esta solicitação foi encaminhada ao nosso gabinete por representantes da comunidade escolar, uma vez que a estrutura da escola está em situação precária, pois há muitos anos não passa por uma reforma completa. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando a cobertura da quadra esportiva da Escola Estadual Afonso Pena, no município de Três Lagoas. Era o que eu tinha, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, nobres colegas deputados e membros da Mesa Diretora! Eu quero cumprimentar nossos amigos aposentados aqui presentes e me somar ao deputado Caravina. Eu, como membro da comissão, também penso que nós não vamos encaminhar uma solução, se a proposta se mantiver naquela linha dos dois salários mínimos e meio. Nós estamos lutando. A Assembleia Legislativa acredita que é possível

chegar aos cinco salários mínimos, e idealmente ao teto do INSS, para que possamos mitigar as dores dos aposentados e pensionistas do estado de Mato Grosso do Sul. Então, a comissão foi firme na defesa da categoria, e o governo do estado vai nos apresentar um novo projeto de lei. Estamos na expectativa de recebê-lo amanhã e já fazer uma tratativa mais célere possível, para que vocês, que dedicaram todo esse esforço de mobilização não só aqui em Campo Grande, mas também em todo o interior do estado, possam ver esta pauta ser votada aqui na Casa muito em breve. Agora, presidente, apresento algumas indicações. Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos do artigo 173, inciso XVI, do Regimento Interno, que seja encaminhada moção de congratulação à senhora Edinéia da Silva Marcelinque, por sua atuação no Conselho Estadual de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul. A senhora Edinéia tem contribuído sobremaneira para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde como conselheira estadual do estado de Mato Grosso do Sul. Se aprovada, a moção deve ser enviada para a travessa Pompéia Araújo Barbosa, número 15, no bairro Oliveira 3. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, senhor Edinei Marcelo Miglioli, solicitando a execução de obras de recuperação das estradas vicinais que dão acesso à Escola Municipal Professora Olívia dos Santos Rosa, localizada na área rural. Justificativa: a presente solicitação foi encaminhada ao nosso gabinete pelas empresas responsáveis pelo transporte escolar na rota da referida escola. Os pontos mais críticos das estradas vicinais de acesso à escola localizam-se nas imediações das fazendas locais, o que compromete a segurança dos alunos, professores e funcionários da escola, prejudicando sobremaneira o aproveitamento escolar na região. Por último, outra indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja constituída uma comissão temporária de acompanhamento da reforma do Estádio Pedro Pedrossian, conforme o Regimento Interno, artigo 39, inciso II. Sugestão para composição da comissão: este proponente, um parlamentar da Comissão de Serviço Público Obras Transporte e Infraestrutura e Administração e mais um parlamentar da Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Justificativa: a referida solicitação é resultado da audiência pública realizada no último 29 de fevereiro, na qual se discutiu a demora das obras de reforma e revitalização do Estádio Moreirão. Outrossim, com a instalação da referida comissão temporária, os parlamentares poderão acompanhar de perto e fiscalizar o andamento dos trabalhos daquele importante e histórico aparelho público. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente. Eu gostaria de ceder meu tempo ao deputado Paulo Duarte.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Senhor presidente, eu trago uma indicação. Indico à Mesa, na forma do disposto no inciso III do artigo 176 do Regimento Interno, ouvido o colendo Plenário, que seja expedido ofício deste Poder ao comandante

da Polícia Militar Ambiental, tenente-coronel QOPM José Carlos Rodrigues, solicitando adoção de providências urgentes no sentido de intensificar as investigações acerca do crime ambiental que causou a morte da sucuri batizada de Ana Júlia, no rio Formoso, no município de Bonito. Além de uma questão ambiental, a sucuri é um animal que está no topo da cadeia alimentar. Por meio da internet, o que aconteceu em Bonito está sendo divulgado em todo o país e em todo o mundo. Bonito é conhecida pelo cuidado, pela preservação do meio ambiente. O irresponsável que cometeu esse crime deve ser identificado e punido conforme a lei. Era o que eu tinha, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, deputado Gerson Claro, nobres pares, deputado Pedro Kemp! Muito bom dia a todos que nos honram com sua presença neste Plenário, aposentados e pensionistas, que dedicaram a vida pelo serviço público do nosso estado. Este pleito é plausível por tudo o que os senhores já passaram. Agora, no momento de usufruir do que conquistaram durante a vida pública, são penalizados com esse desconto previdenciário de 14%. Eu sou servidor público e sempre me manifestei a favor da categoria. Eu sempre votei contra essa proposta. Eu fui um dos poucos parlamentares que se manifestaram contrários à aprovação desse desconto de 14%. Contem conosco. Estamos à disposição para lutar pela categoria. Pois bem, agora, presidente, eu quero fazer duas indicações. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, ao prefeito do município de Guia Lopes da Laguna, senhor Jair Scapini, e ao secretário de Obra e Serviços Urbanos, senhor Ademar Barros, solicitando uma cooperação entre os Poderes Executivos estadual e municipal, a fim de realizar a construção de uma academia ao ar livre na praça central daquele município. A presente indicação é de proposição da vereadora Débora Barbieri Pereira, da Câmara Municipal de Guia Lopes da Laguna. Justificativa anexa. A segunda indicação. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópias ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, solicitando estudos para implantação da malha asfáltica na MS-470, no trecho compreendido entre o distrito de Piraporã, no município de Itaporã, até a rotatória da BR-267, do município de Rio Brilhante. Importante rodovia de ligação entre o município de Itaporã e Rio Brilhante, a MS-470 é uma área de ligação entre os dois municípios, os diversos assentamentos e propriedades rurais que se localizam às suas margens e que têm a via como principal estrada para locomoção e escoação de produção agrícola, pecuária, piscicultura, entre outras atividades. Justificativa anexa. Era o que eu tinha. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, bom dia! Bom dia, nobres pares da Mesa, senhoras e senhores deputados, público que nos prestigia aqui

e aqueles que nos assistem pela TV Assembleia! Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao procurador-geral de Justiça do estado, senhor Alexandre Magno Benites de Lacerda, bem como ao procurador-chefe do Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul, senhor Luiz Eduardo Camargo Monteiro Hernandez, solicitando a realização de investigações acerca de ameaças feitas pelo prefeito de Porto Murtinho, senhor Nelson Cintra, aos indígenas da aldeia Córrego do Ouro. Em áudio anexo a esta indicação, o prefeito ameaça as lideranças indígenas, afirmando que desviará a destinação de casas para a aldeia para outras aldeias, caso as lideranças não retirem as denúncias que apresentaram ao MP sobre o descaso da Prefeitura de Porto Murtinho com os indígenas da aldeia em questão. Além desta indicação, que se soma a inúmeras que eu já encaminhei ao Ministério Público Estadual pedindo investigação sobre a conduta nada democrática e além de tudo desabonadora daquele sujeito que se propõe ser prefeito de uma cidade. E até agora eu não tive nenhuma informação e nenhuma resposta sobre tomada de providências por parte do MP. Outra indicação. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder, com urgência, ao coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul (Dsei-MS), senhor Lindomar Ferreira, solicitando, em 48 horas, a seguinte informação: "qual encaminhamento foi realizado pelo Dsei para solucionar o problema da falta de água na aldeia Córrego do Ouro, localizada no município de Porto Murtinho"? A aldeia se encontra há três semanas sem água, com os serviços essenciais paralisados. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder, com urgência, à Secretaria de Estado de Habitação, solicitando a seguinte informação: "é de responsabilidade do prefeito da cidade, neste caso do prefeito de Porto Murtinho, a plena e total liberdade para escolher onde colocar as casas a serem construídas com recurso do Governo Federal"? Era o que eu tinha. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Mais uma vez, senhor presidente, trago uma matéria da imprensa, provavelmente com repercussão estadual. "Pesquisa encontra substâncias cancerígenas em rio que atende municípios de Mato Grosso do Sul". A matéria fala especificamente do rio Santo Antônio e do rio Miranda, que deságuam lá perto da querida Corumbá do Paulo Duarte, no rio Paraguai. As substâncias cancerígenas estão contaminando as águas do rio Santo Antônio e do rio Miranda e praticamente todo o Pantanal. Algo precisa ser feito, deputado Paulo Corrêa. Nós temos que penalizar urgentemente a 'fazendeirada', porque sem dúvida nenhuma é ela que está contaminando os rios. Era o que eu tinha. Obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Presidente, só para informar aos colegas que o governo do estado encaminhou a esta Casa o Projeto de Lei nº 57, que altera a lei que trata da gestão democrática do ensino e aprendizado, especialmente no tocante aos ajustes funcionais dos direitos dos profissionais que concorrem no processo de seleção dos diretores escolares. Nesse sentido, o projeto, que tramitará em regime de urgência, devido às eleições deste ano, permite que os profissionais eleitos para desempenharem as funções de diretor e diretor adjunto no âmbito da Rede Estadual de Ensino, após afastamento para concorrerem a cargos de que trata o artigo 38 da Constituição Federal e exercerem a função, caso sejam eleitos, de ministro, de secretário de estado, de secretário de município, possam retornar às suas respectivas funções de direção escolar, a fim de cumprirem o período remanescente, se houver. Esta é uma reivindicação antiga dos colegas professores. O deputado Pedro Kemp foi muito demandado com relação a isso. Quero parabenizar os deputados desta Casa que lutam por esta causa e o governo por encaminhar este projeto, alterando a lei, para que aqueles que saem agora candidatos possam retornar, se não forem eleitos, aos seus cargos de origem. Esta proposta é importante e atende os diretores escolares de Mato Grosso do Sul. Era o que eu tinha. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, senhores deputados, senhoras e senhores que nos assistem, bom dia! Eu venho apresentar três indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Perez Ramos, solicitando a implantação de rede de esgoto no bairro Cohab Aeroporto, no município de Jardim. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Perez Ramos, solicitando a pavimentação asfáltica na rua Capitão Winckler, bem como no segmento da rua Alcides José de Macedo, final da antiga avenida Potreirito, município de Dourados. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Perez Ramos, solicitando o apoio do governo do estado na elaboração de projeto executivo visando à construção de rotatória na rodovia MS-156, em frente à empresa Energy Açucareira, no município de Caarapó. Apenas isto, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: duas indicações (Prot. nºs 00843/2024, 00844/2024). De autoria do deputado João Henrique: um requerimento (Prot. nº 00846/2024); um projeto de lei (Prot. nº 00845/2024); um projeto de decreto de resolução (Prot. nº 00837/2024). De autoria do deputado Caravina: duas indicações (Prot. nºs 00823/2024, 00824/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: duas moções de congratulação (Prot. nºs 00839/2024, 00838/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 00836/2024). De autoria do deputado Lucas de Lima: cinco indicações (Prot. nºs 00834/2024, 00835/2024, 00831/2024, 00832/2024, 00833/2024). De autoria

da deputada Mara Caseiro: uma indicação (Prot. nº 00849/2024). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 00825/2024). De autoria do deputado Neno Razuk: duas moções de pesar (Prot. nºs 00813/2024, 00815/2024). De autoria do deputado Paulo Corrêa: três moções de congratulação (Prot. nº 00785/2024, 00786/2024, 00816/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 00847/2024, 00848/2024). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma indicação (Prot. nº 00826/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 00828/2024). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 00840/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: um requerimento (Prot. nº 00850/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 00814/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 00827/2024, 00829/2024, 00830/2024). De autoria do deputado Zeca do PT: uma indicação (Prot. nº 00841/2024); um requerimento (Prot. nº 00842/2024).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira...

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Pela ordem, seu presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Lia Nogueira. Parabéns pelo maravilhoso evento do PSDB em Dourados! Vossa Excelência foi gigante.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — O PSDB Mulher sai muito mais fortalecido.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aproveito, deputada, para registrar a presença da vereadora Sumara Leal e da sua irmã Simone Leal, que hoje discursará aqui, nas Explicações Pessoais, conforme o requerimento apresentado pela senhora e subscrito por mim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente, colegas parlamentares e público que nos acompanha. Eu venho apresentar uma moção de pesar e convido os colegas a assiná-la comigo. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares da senhora Lucivânia Teixeira Figueiredo, pelo falecimento, ocorrido no dia 22 de março. A senhora Lucivânia Teixeira era formada em Serviço Social, foi diretora do Centro de Atendimento à Mulher (CAM), trabalhou no Programa Minha Casa Minha Vida, em Dourados, já atuou na Instituição Juliano Varela aqui em Campo Grande, trabalhou com o saudoso deputado estadual Ari Artuzi, e atualmente estava lotada no meu gabinete. A Lu, como era carinhosamente conhecida, era uma companheira de caminhada que a vida me deu o privilégio de encontrar; uma pessoa que desde o primeiro momento acreditou em mim e compartilhou o meu sonho de chegar a este Parlamento. Infelizmente, agora a minha amiga não está mais entre nós [choro]. Confesso que está difícil entrar no gabinete e não vê-la me recebendo com aquela alegria costumeira, com a voz alta e as gargalhadas espalhafatosas. A Lu deixa um filho, Robson Figueiredo Marques, uma neta e milhares de amigos. Era um sonho dela voltar à Assembleia Legislativa. Ela acreditou em mim. E

o único pedido que ela me fez, à época, foi para que, se eu ganhasse a eleição, que ela pudesse voltar a trabalhar nesta Casa. Ela amava política e amava trabalhar neste Parlamento. Todos os dias, ao chegar aqui, ela estampava aquele sorriso e me dizia: "Você não faz ideia do que é para mim estar trabalhando aqui na Assembleia Legislativa". Ela tinha um carinho enorme pelos deputados desta Casa. Ela faleceu justamente no dia em que nós estávamos nos preparando para o Encontro do PSDB Mulher de Mato Grosso do Sul, em Dourados. A perda da Lu foi muito difícil para mim e para a minha equipe. E mesmo abalados, tivemos que manter o emocional e tocar um evento que contou com a presença de mais de 800 mulheres, o maior evento da história do PSDB Mulher em Mato Grosso do Sul. A barra foi pesada. Nós ainda estamos tentando assimilar tudo isso. Está muito difícil. Esta moção de pesar é uma forma de nós homenagearmos a memória da Lu, que tanto amava esta Casa de Leis. Ela se doava não só para o meu mandato, mas para a Assembleia Legislativa. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Eu quero assinar. Aliás, o deputado Zé Teixeira propõe que transformemos a moção em nome da Casa. Solicito que o doutor Fábio Camilo tome as providências necessárias. Pois bem, na sequência, com a palavra, ainda no Grande Expediente, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência dispõe de 30 minutos.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, eu vou falar da situação dos aposentados. Nós já manifestamos várias vezes a nossa posição. O governo encaminhou a esta Casa a proposta, que nós não aceitamos, de um abono de 300 reais para quem ganha até dois salários mínimos e meio. Então nós fizemos uma contraproposta ao governo. Por isso o projeto não foi protocolado ainda, deve ser protocolado amanhã ou nos próximos dias. Estamos aguardando uma posição do governo. Nós queremos que o governo do estado beneficie o maior número possível de aposentados e pensionistas. Esses profissionais já contribuíram a vida toda, e não podem sofrer mais essa injustiça, esse desconto previdenciário de 14%. Quero deixar clara a nossa posição. Inclusive, deputados Caravina e Pedrossian Neto, os senhores, que assim como eu fazem parte da comissão que foi instituída para acompanhar as negociações com o Executivo, sabem que dos vinte e quatro deputados desta Casa são sensíveis à causa dos aposentados. O presidente Gerson Claro está nos ajudando muito nessa negociação, já se reuniu com o governador para tratar do assunto. Os deputados Caravina e Pedrossian Neto participam ativamente da comissão. E é importante dizer que todos os deputados aqui desta Casa querem contribuir de alguma maneira, para que o maior número de aposentados e pensionistas seja beneficiado. Eu estava lendo uma notícia, e até ia passá-la aqui para a liderança dos aposentados, da discussão no Congresso Nacional, na Câmara, sobre a proibição no Brasil todo desse desconto previdenciário de 14%, que pesa para os aposentados e pensionistas. Agora, a proposta está na Câmara Federal. Acho que o deputado Arthur Lira está à frente dessa discussão. Aí, teria de ser feita uma PEC para regulamentar essa situação no Brasil inteiro. Eu torço para que ela seja aprovada e derrube esse desconto. Vamos torcer. Se nós não conseguirmos contemplar todos os aposentados e pensionistas aqui, vamos torcer para que a proposta ande no Congresso Nacional. Nós já vamos começar a mandar E-mail, carta de apoio, para que a proposta tramite com celeridade. Muito bem. Senhores, eu quero fazer dois registros. Domingo, nós assistimos pelo noticiário que foram presos três mandantes da

morte da vereadora Marielle Franco. Essa notícia foi esperada por dois mil e duzentos dias, não só aqui no Brasil, mas fora daqui também. O assassinato da vereadora repercutiu no mundo inteiro. Houve manifestações em Paris, na Inglaterra e nos Estados Unidos, porque a Marielle Franco se tornou um símbolo da luta das mulheres, das mulheres negras, das mulheres LGBTQIA+. A figura da Marielle deu voz e vez às mulheres na política. Tentaram calá-la, porque ela também estava no enfrentamento das milícias, contra o crime organizado, em parceria com setores do poder público. A revelação dos mandantes desse crime gera em nós o sentimento de que é possível acreditar e apostar na Justiça. Vejam só! O delegado da Polícia Civil que foi indicado para investigar a morte da Marielle Franco participou do planejamento de seu assassinato e depois fez de tudo para que as investigações não caminhassem. Ou seja, ele obstruiu a investigação, fez de tudo para que não viesse à tona o nome dos mandantes, dos verdadeiros mandantes do assassinato. Com a revelação dos nomes dos mandantes, nós vimos que este país precisa enfrentar algo muito grave: a infiltração do crime organizado, das milícias no poder público. No Rio de Janeiro, sobretudo, a gente sabe da influência das milícias, por exemplo, nas Polícias Militar e Civil.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Vou permitir, deputado Zé Teixeira. Muitos crimes no Rio não são elucidados porque há policiais envolvidos em casos e policiais comprometidos com a criminalidade. Isso precisa acabar, porque senão teremos um estado paralelo no país. Um dos presos é deputado federal, o outro é conselheiro do Tribunal de Contas e o outro é delegado. Quer dizer, o poder público está envolvido com as milícias e o crime organizado. Isso é um absurdo! E a morte da Marielle Franco foi encomendada porque ela contrariava o interesse desses agentes públicos, não é? Então, a prisão dos suspeitos foi muito importante. Quero reafirmar que só se chegou a uma conclusão porque a investigação saiu da Polícia Civil do Rio de Janeiro e foi para a Polícia Federal, para o Ministério da Justiça, para o governo federal. A investigação ficou parada por seis anos, a coisa não andava. Este é mais um crédito para o governo do presidente Lula. Deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputado, eu quero colocar dois pontos. Primeiro, nós estávamos discutindo e Vossa Excelência começou a falar sobre a previdência. Eu sou contra o abono. Acho que é preciso discutir isso com a categoria. Ora, se o governo vai ter que conceder um abono para amenizar o desconto, é melhor tirar 1% ou 2% desses 14%. É preciso chegar a um acordo, caso contrário vai virar uma 'árvore de natal', como era antigamente. Depois incorporou, a pessoa não contribuiu pela árvore natal, e tem o direito de receber. Então eu sou contra o abono. Quero que o governo mande para cá uma proposta de desconto de 5% ou 7% para quem ganha até um determinado valor. Aí a pessoa toca a vida para ver o que acontece.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Concordo com Vossa Excelência! Assino embaixo.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Agora, Vossa Excelência fala de colocar no projeto de lei que nenhum aposentado contribua. Aí eu lhe pergunto: quantos juizes aposentados há neste estado? Juizes recebem, de forma não muito clara, coisa

de 40 mil reais. Eles vão parar de contribuir? Se amanhã ou depois a Previdência quebrar, como o governo vai pagar os aposentados? Portanto, é necessário estabelecer um limite, um salário. Quem ganha abaixo do limite, não contribui, e quem ganha acima, contribui. Eu concordo. Segundo. Eu quero voltar ao assunto que Vossa Excelência abordou: o crime no Rio de Janeiro. Ficou provado que o estado participa do crime organizado. A participação do delegado, do conselheiro do Tribunal de Contas e do deputado estadual confirma a coisa toda. Isso mexe com o sistema. Pelo que tudo indica, tudo começou por causa de terreno numa região que queriam regularizar para os ricos, e a Marielle lutou para regularizar para os pobres ou para todos. Agora, quantos crimes há que jamais foram elucidados neste estado e neste país? Houve o crime de Santo André, por exemplo, que nunca foi elucidado, foi queima de arquivo, muita gente morreu. Ou seja, ocorreram dois problemas: a não elucidação e a queima de arquivo. Agora, a meu ver, a polícia precisa ser 100% preparada. Eu estou aqui ao lado de um delegado [Caravina]. A polícia precisa ganhar bem, ser valorizada, e precisa apresentar um prazo para conclusão de inquéritos. Há um processo parado, sem julgamento, há vinte e cinco anos. Há muitos assim. Para que as coisas caminhem e a apuração seja concluída, é uma novela. Muitas vezes, o delegado recebe o inquérito, e o promotor o analisa e denuncia, ou não. Se não denuncia, bem; se denuncia, não é ele que julga; quem julga é o juiz. Aí demora vinte anos. Muitos crimes prescrevem por falta de eficiência da Justiça brasileira. Acho que ficar discutindo se o mérito é de A, B ou C não faz sentido. O mérito no caso é do Flávio Dino, o Lewandowski apenas ganhou a luz dos holofotes. O caso já estava quase todo apurado, quando houve a delação de quem matou a Marielle. É fácil descobrir o crime, quando quem matou vai lá e diz: "Eu matei". Ou quando diz: "Quem mandou foi o João, foi Maria ou foi o Pedro." Muito obrigado pelo aparte.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Verdade. Agradeço. Concordo com Vossa Excelência e incorporo seu aparte ao meu pronunciamento. De fato, o então ministro da Justiça, Flávio Dino, teve um papel muito importante; a Polícia Federal foi muito eficiente nesse processo. E eu reafirmo que esse crime só foi elucidado porque houve a federalização das investigações. Vejam que está comprovada a participação da Polícia Civil do Rio de Janeiro no crime. Eu li o livro 'A República das Milícias'. No livro, a gente entende essa infiltração das milícias, do crime organizado nos setores da polícia. Nós não podemos generalizar; mas ficou comprovada a participação do delegado no planejamento do crime e depois no acobertamento de quem mandou matar a Marielle.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Um aparte?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu concedo um aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Infelizmente, há pessoas boas e pessoas ruins em todas as profissões, na Polícia Civil, na Polícia Militar, nos hospitais, nas escolas... E quando acontecem coisas que mancham a imagem de alguns policiais, acaba criando um mal-estar e uma tristeza na Polícia Civil como um todo. Mas há ótimos policiais. E eu discordo do senhor em um ponto: a federalização, nesse caso, foi importante, porque o delegado da Polícia Civil estava envolvido. Mas a Polícia Civil tem feito trabalhos extraordinários por todo o Brasil, inclusive aqui em Mato Grosso do Sul,

com muita responsabilidade, com muita eficiência, tanto é que a nossa Polícia Civil apresenta números significativos, está entre as melhores do Brasil. Então, quero fazer a defesa da categoria, que, por conta de alguns ruins, de alguns mal-intencionados, acaba pagando o preço. Mas a Polícia Civil tem competência, tem capacidade para tocar as investigações e elucidar crimes. E a Polícia Federal também trabalha bem, dentro da sua área de atuação. Neste caso específico, houve a participação da Federal, ela foi realmente importante. Apenas isso. Obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Agradeço o aparte de Vossa Excelência. De fato não se pode generalizar. Realmente há bons policiais. Aqui em Mato Grosso do Sul mesmo nós temos resultados bastante significativos, favoráveis, no que diz respeito à investigação e elucidação de crimes. Então, é bom fazermos esse esclarecimento aqui: não podemos generalizar. Mas o fato é que a Marielle se tornou um símbolo da luta das mulheres e dos pobres no Rio de Janeiro e um símbolo da participação efetiva desses grupos excluídos na política. E por ela ser atuante, defensora dos interesses dos menos favorecidos, foi brutalmente assassinada. Então, que se faça justiça e que todos os envolvidos sejam responsabilizados. Bem, outro assunto que me traz à tribuna é uma notícia que foi veiculada pelo 'The New York Times', acho importante fazer este registro. Conforme o jornal americano, o ex-presidente Jair Bolsonaro, depois que teve seu passaporte recolhido, abrigou-se duas noites na Embaixada da Hungria. Esse fato era desconhecido até o The New York Times trazê-lo à tona, inclusive com vídeos e fotos do ex-presidente entrando na embaixada e conversando ao telefone; roupa de cama para lá e para cá. Ficou claro que ele ficou dois dias sob a proteção da Embaixada da Hungria. O que este fato revela? Revela que o ex-presidente pode estar tramando uma fuga, querendo se safar e não prestar contas à Justiça sobre o que fez enquanto presidente da República. Todos nós sabemos que há uma série de acusações contra ele: tentativa de venda joias, de patrimônios da União; afronta aos Poderes da República, ao Supremo Tribunal Federal; xingamento ao Congresso Nacional, do Supremo; ameaça de morte ao ministro do Supremo Tribunal Federal, o que é muito grave; monitoramento dos passos do ministro Alexandre de Moraes; há indícios de que ele tenha planejado a prisão e a morte do ministro; e o mais grave: o planejamento de um golpe de Estado depois das eleições que consagraram a vitória do presidente Lula.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — São acusações gravíssimas. Quem atentou contra a democracia, quem atentou contra o Estado Democrático de Direito, quem atentou contra as instituições, não pode ficar impune. E esse fato de o ex-presidente ter se abrigado na Embaixada da Hungria precisa ser investigado. Não parece apenas uma visita. "Ah, eu fui conversar com meus amigos da embaixada!". Ora, se você vai fazer uma visita, você vai, conversa uma hora ou duas, e depois vai embora. Agora, dormir duas noites na embaixada é muito estranho. Acho que isso precisa ser devidamente apurado. Ontem, o ministro Alexandre de Moraes já pediu explicações ao Bolsonaro. O embaixador da Hungria também já foi chamado para prestar esclarecimentos. Portanto, nós precisamos ficar atentos, para que o ex-presidente, que é um fujão, porque já fugiu do país antes de passar a faixa de presidente para o presidente Lula, não fuja de novo e enfrente os tribunais. Ora, quem não deve não teme. Quem não deve não teme! Nós, brasileiros, que defendemos a democracia, as

instituições, somos favoráveis a que o ex-presidente responda a todas as acusações que lhes são imputadas e que pague pelos crimes que cometeu. Eu concedo um aparte ao deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Deputado Pedro Kemp, do PT, o senhor está dizendo que o STF vai fazer isso e aquilo com o presidente Bolsonaro. Não vai fazer nada. O senhor está falando de fotos dele no apartamento da Embaixada da Hungria; mas está esquecendo que havia foto do triplex, havia foto dos apartamentos do Delúbio e do Renato Duque cheios de dinheiro; dinheiro saindo pela porta; você não conseguia nem abrir a porta de tanto dinheiro que havia saindo. E as fotos foram parar no Supremo, que as rasgou na cara da população, descondenando o Lula. Agora, quando se trata do presidente Bolsonaro, é foto de baleia, é foto dele na embaixada. Ele saiu voluntariamente de lá. Então o Supremo não vai fazer nada com o presidente Bolsonaro. O ministro deu quarenta e oito horas para ele... Daqui a pouco vão dar quarenta e oito horas para o Lula dizer o que ele está achando disso tudo. Sabe o que ele está achando? Que não pode condenar.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Bom, vamos ver. Eu estou aguardando o dia da prisão do presidente Bolsonaro, porque os crimes que ele cometeu são muito graves. Agora, sabe por que a condenação do presidente Lula foi anulada? Porque não havia prova de nada. E aquele apartamento cheio de mala de dinheiro era do Geddel Vieira Lima, do MDB... Você insinuou aí que era do Lula. Agora, do Lula ninguém achou nada. Dizem que ele roubou, roubou, roubou; mas ninguém achou dinheiro que ele teria roubado. Houve fake news de que ele escondeu dinheiro em algum lugar, na Inglaterra, mas ninguém achou, ninguém comprou alguma irregularidade praticada pelo presidente Lula, tanto é que ele é presidente da República de novo. Ele foi absolvido. Aliás, ele é o único presidente da República que tem um certificado de inocência. Reviraram, vasculharam a vida dele, até o computador do netinho dele levaram, vasculharam tudo, e não acharam nada. Agora, o Bolsonaro confessou na Paulista a existência da minuta do golpe... É, não assinou porque não deu tempo; ele não teve coragem, é medroso. Eu não vou dizer 'cagão', porque é uma palavra feia; mas o general disse que ele é isso. Agora, está comprovado que ele tentou dar um golpe de Estado. Então, acho que nós estamos caminhando para a prisão não só do ex-presidente Bolsonaro, mas também dos generais cinco estrelas, daqueles que estavam em volta dele, incentivando-o a dar o golpe. Houve só um general corajoso, que disse: "Se o senhor fizer isso, eu vou prendê-lo!". Mas os outros estavam lá, todos querendo contribuir para um golpe. As coisas estão vindo à tona com muita rapidez; está ficando difícil acobertar todos esses crimes. O dia 31 do corrente mês marcará os sessenta anos da ocorrência do golpe militar aqui no Brasil. E essa data deve ser lembrada, para que este país nunca mais sofra um golpe militar, um golpe nas instituições democráticas, para ninguém mais ser perseguido, ter seus direitos políticos cassados, para que não haja mais violação dos direitos fundamentais. Ditadura nunca mais! 31 de março, dia de luta contra o autoritarismo e a repressão! Que o Bolsonaro pague pelos crimes que cometeu. Obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado João Henrique. Vossa Excelência dispõe de 30 minutos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente, colegas parlamentares, eu venho à tribuna para apresentar um projeto de decreto legislativo. Este projeto tem como objetivo sustar a aplicação da Resolução nº 124, da Secretaria de Estado de Saúde, que dispõe sobre a apresentação da Declaração de Vacina Atualizada (DVA) no ato da matrícula nas unidades educacionais das redes pública e privada de Mato Grosso do Sul... Quero pedir a Vossas Excelências que assinem o nosso requerimento de urgência na tramitação desse decreto. Essa resolução exorbita a competência e o ato do poder regulamentar do governador e dos seus secretários. Quero explicar que o PT, através do presidente Lula, introduziu a vacina da Covid, ainda que em caráter experimental, sem lidar com as consequências e os reflexos em nossas crianças e adolescentes e no Plano Nacional de Imunização (PNI). Percebam! A gente sabe que o Brasil é referência na questão da imunização. Então nós estamos aqui especificamente falando agora dessa vacina experimental da Covid para crianças e bebês, porque não há consenso quanto a essa vacina, de modo que a decisão deve ser inteiramente dos pais. Então, é preciso ter coerência e bom senso e dar liberdade aos pais para decidirem sobre a vacinação, principalmente no ato da matrícula escolar das crianças. Muitas pessoas podem dizer: "Olha, mas em janeiro o governo Lula colocou no PNI a vacina da Covid!". Ora, o PNI constitui mera recomendação aos pais. Porém, é preciso fazer um estudo apurado sobre a matéria, para se entender, deputado Lidio Lopes, deputado Hashioka, que, na verdade, há leis no Brasil. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que uma vez que uma autoridade pública edite uma recomendação, ela se torna de caráter obrigatório, sob pena de o próprio ECA punir os pais por essa decisão, deputada Mara Caseiro. Então, veja, deputado Pedrossian Neto, o artigo 3º da lei federal, que trata do Programa Nacional de Imunização, diz: "Cabe ao Ministério da Saúde a elaboração do Programa Nacional de Imunizações, que definirá as vacinações, inclusive as de caráter obrigatório". O artigo 14, parágrafo 1º, do ECA, diz: "É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias". Logo, a decisão do governo federal de colocar no PNI uma vacina experimental passa a trazer uma obrigatoriedade para todas as crianças e adolescentes, que são tutelados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Há, inclusive, a possibilidade de destituição do poder pátrio dos pais, em casos acima de recomendações moderadas. Agora, na época da pandemia da Covid, nós tínhamos que seguir todas as recomendações da Organização Mundial da Saúde, deputada Mara Caseiro. Hoje, ninguém diz, deputado Pedrossian Neto, que a própria OMS não recomenda a obrigatoriedade da vacina contra a Covid, muito menos para crianças. Por quê? Porque eles nunca foram público-alvo de vacinação contra a Covid. Ou todos nós aqui sofremos um apagão e esquecemos que na época da pandemia começou de cima para baixo uma conversa, que se transformou em vários estudos, hoje, inclusive da FDI, nos Estados Unidos, de que as crianças são imunes; são imunes ao vírus, mas não são imunes aos efeitos colaterais das vacinas experimentais. Quero frisar isso. Há crianças desenvolvendo, deputado Pedrossian Neto, deputado Lidio Lopes, miocardite. A pena para uma criança (e eu digo *pena* porque há uma condenação aí) que recebe o diagnóstico de miocardite é trocar seu coração. É óbvio que eu preciso dizer certas coisas para ganhar o apoio de Vossas Excelências. Caso o governador não queira ver sua resolução derrubada aqui na Assembleia, que a revogue. O Brasil, deputado

Neno Razuk, é o único país que ainda trabalha com a obrigatoriedade da vacina contra a Covid para crianças. Parece que a Covid, hoje, é menos perigosa para crianças saudáveis do que uma gripe. A taxa de mortalidade por Covid-19 em pessoas com menos de quatorze anos era apenas de 0,03% ou 0,1%. Percebam! A taxa de letalidade talvez seja a mesma taxa de letalidade de uma pessoa que vai a um supermercado no interior, que muitas das vezes nem farmácia tem disposta 24 horas e compra um Paracetamol. Agora, eu submeto as crianças a uma vacina experimental, sendo avalizado pelo governo do estado, porque o governo Lula em janeiro colocou no PNI. Será que ele realmente sabe que existe o Estatuto da Criança e Adolescente, que vai se tornar obrigatório isso? Será que ele sabe que a OMS diz que não é recomendada a obrigatoriedade da vacinação contra a Covid para crianças? Todos os pais que têm filhos nas escolas e nas creches estão sendo notificados e obrigados a apresentarem esse instrumento, que outros estados chamam de atestado. O governo do estado mudou o nome do instrumento para não chamá-lo de atestado, porque quando se trata de atestado, é preciso dar uma comprovação. "Vamos enganar a população. Troque o nome. Coloque DVA". É a mesma coisa que atestado, mas é uma Declaração de Vacina Atualizada. É preciso dizer para a população que o Plano de Imunização contra a Covid compreende, na sua plenitude, não só uma dose, três doses. Quero dizer que nós estamos submetendo um público, que nunca foi alvo, nem mesmo na pandemia, a uma vacina experimental, de forma repetida, três vezes por ano, para que tal público possa estudar. A bula de vacinas como a Comirnaty, a Pfizer e a BioNTech, ainda que não bem estabelecidos, colocam como efeitos colaterais: inflamação do coração e do seu revestimento, miocardite e pericardite, sobretudo nos meninos. E quem diz isso? A própria bula, que eles, na época da pandemia, disseram que forneceriam; mas sem se responsabilizarem pelos efeitos colaterais, mesmo por aquelas convulsões retratadas nos estudos que se seguiram à aplicação dessas doses. É importante dizer que associações de bioética, que representam quase cem programas espalhados pela América do Norte, inverteram sua posição anterior, declarando agora, em seus enunciados, que apoiam a decisão de se encerrar a obrigatoriedade de apresentação de comprovante de vacinação contra a Covid-19. E a todo poderosa Organização Mundial da Saúde, não querendo ter a sua digital colocada sobre crianças condenadas a ficarem sem coração, diz que também não apoia a implementação da obrigatoriedade da vacinação contra a Covid-19. Agora ela recomenda que é melhor trabalhar com campanhas informativas. Nosso gabinete promoveu um estudo esquematizado daquilo que é permitido, ou não, pelo Supremo Tribunal Federal. Há uma proteção legal muito séria sobre a inviolabilidade do corpo humano. E quem rege o corpo humano dos filhos e tudo o que entra neles são os pais. E esse direito está sendo violado por uma resolução. Percebam que o Plano Nacional de Vacinação permite que o governo do estado — com a audiência prévia do Ministério da Saúde, o que não aconteceu ainda — proponha medidas legislativas. E, quando eu ouço a palavra *legislativa*, tenho a pequena impressão de que estão querendo consultar, não é possível que não, a Casa Legislativa, a maior do estado de Mato Grosso do Sul, que não foi ouvida em nenhum momento, para que editasse essa resolução absurda, que viola a competência desta Casa. Vossas Excelências têm filhos, têm base, têm pessoas que não querem ser obrigadas a vacinar seus filhos, para que eles possam estudar. Por quê? Nós temos aí a violação ao direito à educação e à vida, que são os maiores pilares da Constituição Federal, que estão em conflito por conta dessa resolução do governo do estado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Deputado, acabou o seu tempo. São 11 horas. Precisamos passar para a Ordem do Dia.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Vou concluir, presidente. Essa Ação Direta de Inconstitucionalidade do Supremo diz que, para haver a vacinação compulsória (que é diferente da vacinação forçada que estão querendo impor), há que se observar alguns requisitos, entre eles: evidência científica e análise estratégica pertinentes e que sejam as vacinas distribuídas universal e gratuitamente que tenham atendidos os critérios de razoabilidade e proporcionalidade. Para encerrar, eu digo que, nem se quisessem vacinar todas as crianças do estado, hoje não teriam nos postos a quantidade necessária de doses para fazê-lo.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Deputado, acabou o seu tempo.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Desculpe-me, presidente. O deputado do PT, Pedro Kemp, roeu aqui não a corda, mas o nosso tempo. Vou concluir. Então, isso não pode ser obrigatório. Nós somos contra e estamos coletando apoio, para que essa resolução da Secretaria de Estado de Saúde seja sustada imediatamente. Os colegas que quiserem nos apoiar, assinar nosso requerimento de urgência, bem como o projeto de decreto legislativo, fiquem à vontade. Eu gostaria de detalhar esse PDL que susta a Resolução nº 124, da Secretaria de Saúde, mas não me resta mais tempo. Portanto, eu encerro aqui o meu pronunciamento. Obrigado, presidente.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Londres Machado.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Senhor presidente, apenas para convidar os colegas deputados, principalmente os líderes das bancadas, para uma reunião que ocorrerá amanhã, às 8h30min, no gabinete da presidência, com o secretário de estado de Governo e o chefe da Casa Civil, que nos trarão uma proposta definitiva sobre a situação dos aposentados. Pode ser assim, presidente?... Sim. Então, fica combinado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado, deputado. Ratifico o convite aos deputados. Reunião amanhã, 8h30min, na sala da presidência.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Senhor presidente, Mesa Diretora, deputados, deputadas, senhoras e senhores, público que nos acompanha pela TV e Rádio Alems, bom dia! Trago uma solicitação. Requeiro à Mesa,

na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja concedido, nos termos da Resolução nº 18, de 27 de maio de 2008, o Diploma de Ilustre Visitante ao senhor Teiji Hayashi, embaixador do Japão no Brasil. Subscrevem este requerimento o senhor presidente deputado Gerson Claro, o primeiro-secretário, Paulo Corrêa, o deputado Zé Teixeira e o deputado Londres Machado. Era isto, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nós também vamos assinar...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só um minuto. Quero cumprimentar a senhora Rhaiza Matos, prefeita do município de Naviraí; a senhora Juliana Lara Ruiz, vereadora do município de Iguatemi; o senhor Luciano Dornelles, diretor do Colégio Tancredo Neves, do município de Iguatemi; o senhor José Roberto, vice-prefeito de Iguatemi; e mais uma vez a senhora Sumara Leal, vereadora do município de Cassilândia. Sejam todos bem-vindos à nossa Casa Legislativa! Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, quero comunicar a Vossa Excelência que amanhã eu não estarei na sessão, porque farei uma visita, durante o dia todo, às comunidades indígenas da região de Sidrolândia e de Miranda. Vou conversar com o nosso povo terena. E com muito orgulho, quero designar, depois de consulta, evidentemente, o nosso querido deputado Pedro Kemp, professor, mestre em Educação, para representar a bancada do Partido dos Trabalhadores na reunião convocada agora há pouco pelo líder do governo, nosso querido deputado Londres Machado.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Senhor presidente, na mesma linha do deputado Zeca, quero comunicar a esta Casa que não participarei da sessão de amanhã, pois estarei no interior do estado entregando emendas. Apenas isto. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado. Encerrando o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Há vinte e três deputados presentes. Logo, há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 1. Em discussão única. Projeto de Lei nº 016/2023. Autora: deputada Gleice Jane. Coautoras: deputadas Mara Caseiro e Lia Nogueira. "Cria a Comenda Lídia Baís, em reconhecimento à

produção artística de autoria feminina no estado de Mato Grosso do Sul, e estabelece o Concurso Anual de Arte Feminina Sul-Mato-Grossense". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 16/2023, de autoria da deputada Gleice Jane e coautoria das deputadas Mara Caseiro e Lia Nogueira.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.



DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp – PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final. Item 2. Em discussão única. Projeto de Lei nº 032/2024. Autor: deputado Roberto Hashioka. "Revoga a Lei nº 3.099, de 5 de novembro de 2005, que declara de utilidade pública estadual a União do Pessoal Inativo da Marinha do Brasil no Estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. A Comissão de Controle da Eficácia Legislativa e Legislação Participativa emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Para declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declaração de voto, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Esta entidade pretende ser uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip. E para que isso seja reconhecido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, é preciso que a declaração de utilidade pública estadual seja revogada. Por isso, nós fizemos este projeto de lei. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação.

Projeto de Lei nº 32/2024, de autoria do deputado Roberto Hashioka.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão. Projeto de Lei nº 308. O deputado Junior Mochi está presente?... Não. Passemos ao próximo item. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 352/2023. Autor: deputado Professor Rinaldo. "Dispõe sobre a divulgação do Serviço de Denúncia de Violação dos direitos Humanos (Disque 100), e dá outras providências." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 352/2023, de autoria do deputado Professor Rinaldo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (MDB).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão... Para questão de ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, eu gostaria de pedir vista do requerimento do deputado Zeca do PT.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Qual é o número do requerimento, por gentileza?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Requerimento nº 668/24.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Retirado de pauta o Requerimento nº 668/24 para vista do deputado Coronel David.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — O requerimento não cria nenhum efeito jurídico, não precisa se preocupar. Eu só quero que seja registrado nos anais da Casa a transcrição do depoimento do general ex-comandante do Exército e do brigadeiro ex-comandante da Aeronáutica, num momento em que estiveram profundamente comprometidos ou botando em risco a democracia brasileira. Eu não estou condenando ninguém, até porque esses já estão condenados. Ou seja, o depoimento deles já os condena. Eu só quero que o depoimento deles fique registrado nos anais da Casa para

que as futuras gerações saibam o que aconteceu no fim do ano de 2023 e no início do ano de 2024 e percebam a gravidade do momento que vivemos.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O seu requerimento está registrado e pautado, mas foi retirado de pauta agora por solicitação do deputado Coronel David. Assim que o requerimento retornar, será pautado novamente, com naturalidade e com tranquilidade. Agora, vamos votar o próximo item. Item 5. Três moções de congratulação e uma moção de visitante ilustre. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Não há mais itens na pauta. Quero reforçar o convite que o líder do governo fez aos colegas para a reunião de amanhã, na sala da presidência. Encerrada a Ordem do Dia. Convido o deputado Paulo Corrêa para assumir a presidência da Sessão. Neste momento, eu suspendo a Sessão para manifestação externa da vereadora Sumara Leal, do município de Cassilândia, e da senhora Rhaiza Matos, prefeita do município de Naviraí, em atendimento à solicitação da deputada Lia Nogueira.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Concedo a palavra à prefeita de Naviraí, senhora Rhaiza Matos. Vossa Excelência dispõe de sete minutos e meio.

SENHORA RHAIZA MATOS (prefeita de Naviraí) — Bom dia a todos! Em nome do presidente deputado Paulo Corrêa, quero agradecer a esta Casa por se solidarizar com as mulheres diante de tudo que a gente vem sofrendo. Casos de misoginia estão acontecendo, aconteceu comigo e com as nobres vereadoras que aqui estão para se pronunciar. Eu estou aqui para me posicionar e conclamar todas as mulheres, e aos homens também, para que participem desta luta. Eu falo da incessante luta das mulheres contra a misoginia, o preconceito e a violência. Infelizmente, isso ainda ocorre no ambiente político. Não é novidade que a história política brasileira, sobretudo aqui em Mato Grosso do Sul, tem sido predominantemente masculina. No entanto, isso não é justificativa para a perpetuação de uma cultura que marginalize e desrespeite as mulheres que ousam entrar nesse espaço. É inadmissível que, em pleno século XXI, ainda tenhamos que lutar por um lugar à mesa, por respeito e por igualdade. A misoginia na política não é apenas um ataque às mulheres que escolheram servir ao público, é um ataque aos princípios democráticos que sustentam a nossa nação. Quando uma mulher é subestimada, interrompida, desrespeitada, por sua atuação política, não é apenas ela que sofre, sofre toda a sociedade, que perde a chance de se beneficiar de as suas habilidades, perspectivas e liderança. E não nos enganemos, a violência contra mulher na política não se manifesta apenas de formas físicas, ela se apresenta também nas entrelinhas de discursos que buscam diminuir a nossa capacidade na difusão de estereótipos que tentam nos enquadrar em papéis secundários, na disseminação de mentiras, que buscam nos desacreditar. Essas são formas de violência psicológica que corroem a autoestima e minam a confiança de mulheres que poderiam estar aqui também contribuindo significativamente para o avanço do nosso estado e do nosso país. Diante disso, quero deixar claro que estou aqui hoje não apenas para denunciar, estou aqui para convocar cada um de vocês representantes do povo sul mato-grossense para se engajarem nesta luta. É preciso criarmos e fortalecermos políticas que assegurem a igualdade de gênero e a proteção

das mulheres na política. Quero parabenizar as deputadas, que fizeram a nota de repúdio, e outros deputados presentes, porque eu já vi que foi aprovado um projeto de lei em defesa da garantia da fala da mulher. Então a gente agradece pelo trabalho que vocês desempenham aqui na Assembleia. Bem, é necessário promover uma cultura de respeito e valorização da diversidade, reconhecendo que a presença feminina enriquece e fortalece o processo democrático. Além disso, é fundamental que trabalhemos juntas para garantirmos que as mulheres sintam-se seguras para denunciar qualquer forma de violência ou discriminação que possam enfrentar. É nosso dever assegurar que essas denúncias sejam tratadas com a seriedade que merecem, para que os agressores sejam devidamente responsabilizados. Senhoras e senhores, a luta pela igualdade de gênero não é uma questão de disputa entre homens e mulheres, é uma questão de justiça, de democracia e de direitos. Uma sociedade que respeita e valoriza as mulheres é mais justa, mais forte e mais próspera. Portanto, eu conclamo, mais uma vez, todos vocês a se juntarem a nós nesta jornada. Vamos trabalhar juntos para criar um ambiente político em que as mulheres sejam respeitadas, valorizadas e livres para contribuir com todo o seu potencial. Queremos um ambiente onde a misoginia, o preconceito e a violência não tenham mais espaço. Almejamos um ambiente onde, independentemente de gênero, todos possam servir ao nosso estado e ao nosso país com dignidade e muito respeito. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agradeço a sua participação. Eu gostaria que o seu pronunciamento constasse na nossa ata. Pode ser?... OK. Vamos em frente. Neste momento, vamos receber a vereadora Sumara Leal, do município de Cassilândia... Agradeço às senhoras e aos senhores deputados, em especial à deputada Lia Nogueira, que me ajudaram a aprovar este requerimento. Esta Casa respeita o direito das mulheres.

VEREADORA SUMARA LEAL (PDT) — Senhor presidente, deputado Gerson Claro, deputado Paulo Corrêa, deputada Lia Nogueira, deputado Professor Rinaldo, em nome dos senhores, eu cumprimento todos aqui presentes e todos que nos acompanham pela TV Assembleia, pela Rádio Assembleia e pelas mídias sociais! Eu venho a este Parlamento para falar não somente por mim, como mulher, como cidadã de Cassilândia, como vereadora, mas venho falar por todas as mulheres de Mato Grosso do Sul, em especial por aquelas que sofrem algum tipo de violência, seja física, emocional ou psicológica; seja violência que provoca traumas patrimoniais ou sexuais. Só quem já passou pela situação, como eu, sabe o quanto a violência de gênero nos humilha, nos despedaça, nos corrói e nos imobiliza. No dia 11 do corrente mês, durante o exercício legítimo do meu mandato parlamentar, conquistado com muito suor, trabalho e responsabilidade para com o povo que me elegeu, fui vítima de violência política de gênero dentro da Câmara Municipal, cometida pelo presidente da Casa. Profundamente incomodado com a minha coragem de nadar contra a correnteza e fiscalizar o uso do dinheiro público, do meu dinheiro, do seu, do nosso, ele cassou a minha fala, cortando o meu microfone, para me silenciar. Isso nunca havia sido feito com nenhum parlamentar naquela Casa. E ele encerrou a sessão dizendo as seguintes palavras: "Se você usasse o restante do seu corpo, assim como usa sua língua, talvez o município seria um pouco melhor". Agora, eu pergunto a vocês: Se no meu lugar estivesse um vereador, ele teria o mesmo comportamento? Com certeza não. Ele nunca teve e nunca teria essa coragem. Esse lamentável episódio, de caráter machista e misógino, ofendeu não

somente a mim, ofendeu também todas as mulheres sul-mato-grossenses, aqui representadas por mim e pelas deputadas Mara Caseiro, Lia Nogueira e Gleice Jane, pois revela o desejo infame de que nós não merecemos e não deveríamos ocupar espaços de poder como este. Humilhada, ultrajada, menosprezada, diminuída, vilipendiada, foi dessa forma que me senti diante daquele ataque à minha honra, à minha dignidade e à minha condição de mulher. Da mesma forma, eu me senti trinta e cinco anos atrás, quando, na minha infância, fui vítima de abuso sexual. Marcas devastadoras se arrastaram pela minha adolescência e pela minha juventude. Somente há dez anos, aproximadamente, eu pude me livrar dessas marcas, com a ajuda de Deus; e graças a Ele pude ajudar outras mulheres vítimas de violência e abuso a superarem seus traumas e serem protagonistas de suas próprias vidas. Mas, por longos vinte e cinco anos, eu acreditei que a culpa era minha, porque a sociedade olha para a vítima e diz: "Mas por que ela não denunciou? Por que ela permitiu que isso acontecesse? Por que ela usou aquela roupa? Por que ela estava naquele lugar?". Durante muito tempo, eu me senti culpada [choro]. As vítimas nunca são e nunca serão culpadas! Depois de dez anos, quando finalmente eu coloquei minha vida para ajudar outras pessoas, eu decidi entrar, com a minha missão desafiadora, na política, mas numa política do bem, numa política que ajuda a melhorar a vida das pessoas e a construir um mundo melhor para os nossos filhos. O meu filho, aliás, está aqui, o Tiago, junto com a minha família, meus irmãos... Almejamos uma sociedade mais justa, igualitária, fraterna, onde homens e mulheres tenham os mesmos direitos e as mesmas oportunidades. Eu sempre soube que enfrentaria obstáculos neste árduo caminho, mas confesso que não esperava que continuaria sendo submetida a situações vexatórias, única e exclusivamente por ser mulher, ainda mais dentro da Câmara Municipal, casa do povo, que juramos representar com coragem, dignidade e respeito. Eu fui eleita com este propósito, e garanto a vocês que não vou me distanciar dele. Àqueles que me apoiam e me encorajam a continuar seguindo o caminho certo, deixo aqui registrada a minha eterna gratidão, principalmente a você, deputado Lia Nogueira, que também já deve ter passado por situações horríveis, que se colocou à disposição para ajudar e a lutar por esta causa. Mulheres que já sofreram violência como esta que, infelizmente, mais uma vez, eu sofri, vocês não estão sozinhas! Eu estou e permanecerei aqui do lado de vocês, lutando por seus direitos, para mostrar que vocês podem ser o que querem e são capazes de conquistar o que quiserem. Àqueles que insistem em nos silenciar, digo: nós estamos aqui, nós existimos e não nos calaremos! As leis de defesa da mulher precisam ser cumpridas, elas não foram escritas com caneta, num gabinete, elas foram escritas com lágrimas e com sangue de outras mulheres que já passaram por aqui. E eu espero que lágrimas e sangue nunca mais sejam derramados. Obrigada aos deputados desta Casa por este momento especial, pois aqui a voz de mais de 52% dos eleitores de Mato Grosso do Sul foi representada hoje. Que crimes de violência política de gênero contra nós mulheres não aconteçam mais. Que nós mulheres não sejamos sub-representadas no mundo da política. Aqui, por exemplo, há somente três deputadas estaduais. Na Câmara Municipal de Campo Grande, há somente a vereadora Luiza Ribeiro, que me prestou total apoio, a quem agradeço. Que nós consigamos ocupar não apenas 30%, mas 50% das cotas! Que consigamos manter o equilíbrio nos espaços de poder! Obrigada a todos.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Apenas para me solidarizar com a vereadora e dizer que realmente foi repugnante a declaração do presidente da Câmara de Vereadores de Cassilândia. Se isso não é quebra de decoro parlamentar, eu sinceramente não sei o que é. Mas a Câmara de Vereadores saberá o que fazer. Deveria existir algum tipo de sanção para quem tem um comportamento gravíssimo como o do vereador. É impressionante que isso tudo esteja acontecendo justamente no mês da mulher. Nós fazemos aqui todo um esforço para valorizar o espaço das mulheres e para devolvermos a elas o protagonismo a que têm direito. A agenda da mulher, na verdade, é de justiça social, de igualdade, ela não é uma agenda complicada de se entender. O que a mulher quer? Ela quer justiça e quer igualdade. Coisas que os homens já têm. Comportamento como o do vereador violenta todos nós. Mais uma vez, quero manifestar minha admiração a Vossa Excelência pela coragem de usar esta tribuna para denunciar tudo isso. Na realidade, a violência cometida contra Vossa Excelência é uma violência contra todas as mulheres de Mato Grosso do Sul. Minha solidariedade a você. Desejo que você continue firme, forte, de cabeça erguida, para lutar contra esses machões que estão por aí e que precisam receber uma lição.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Antes de mais nada, deputado Paulo Corrêa, quero agradecer a sensibilidade do senhor, que, desde o primeiro momento, viu a necessidade de a gente trazer este debate para o Parlamento Estadual. Nosso presidente Gerson Claro, semana passada, ligou para mim, então eu falei para ele da importância de a vereadora Sumara e da nossa prefeita de Naviraí, Rhaiza, virem aqui. Eu creio, colegas parlamentares, deputada Mara Caseiro, que hoje é um dia histórico para este Parlamento. Quando eu apresentei as duas moções de repúdio e o requerimento para que vocês viessem a esta Casa hoje, foi porque eu gostaria de ver isto que está acontecendo agora: uma vereadora e uma prefeita ocupando esta tribuna, que nós ocupamos todas as semanas, para se posicionarem sobre esta realidade, a violência de gênero. Quando eu vim para este Parlamento, vim com muitas cicatrizes causadas pela política, feridas que ainda estão abertas. Eu enfrentei todo tipo de violência na política. Violência de gênero existe na política, sim. Não é utopia. E em Mato Grosso do Sul, infelizmente, por mais que nós tenhamos um governo que respeita as mulheres, ainda ocorre muita violência de gênero, principalmente nas Câmaras de vereadores, onde querem nos diminuir, onde querem questionar a nossa capacidade, onde muitas vezes citam o nosso corpo. Em Dourados aconteceu algo muito ruim comigo; disseram que, para eu sair candidata a deputada estadual, eu teria que sentar gostoso no colo de alguém. Essa linguagem chula me feriu, e eu sinto até hoje a dor causada por aquelas palavras. Eu enfrentei também, Sumara, um processo de cassação por conta de uma denúncia ridícula, patética, porque me voltei contra o sistema, porque eu era oposição ao prefeito. Depois eu fui inocentada. E todas as vezes que a gente se levanta contra o sistema, quem é vereadora sabe disso, quando a gente vai fiscalizar,

porque esse é o nosso papel, a gente enfrenta coisas absurdas, nojentas, repugnantes. E quando eu vim para cá, encontrei um ambiente totalmente diferente; encontrei aqui mulheres que têm sororidade, como a deputada Mara Caseiro, que me abraçou, que me acolheu de braços abertos. O respeito com que os deputados nos tratam é notável. Deputado Pedrossian Neto, aqui eu não tenho queixa de ninguém, muito pelo contrário. Aquele trauma que eu trouxe da Câmara de Vereadores Dourados está sendo superado. Mas é um processo. Não é fácil. Isso machuca, fere, depõe contra a nossa moral, a nossa honra, afeta as nossas famílias. Quero dizer a todas as vereadoras, prefeitas e vice-prefeitas de Mato Grosso Sul, independentemente de serem ou não do PSDB, partido do qual faço parte, aqui vocês sempre terão alguém para representá-las. Que nos enxerguem com olhar de respeito e de igualdade na política. Toda vez que ocorrer algum tipo de violência contra vocês, nós faremos moções de repúdio, tomaremos providências. Nós não vamos nos calar.

VEREADORA SUMARA LEAL (PDT) — Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agradeço, deputada Lia Nogueira. Mais algum deputado deseja usar a palavra?... Sumara, eu também sou solidário a você. Eu repudio a fala do presidente da Câmara de Cassilândia. Isso foi um desrespeito ao seu mandato e aos votos que recebeu. Mas não se deixe abater. Esta Casa está com você. Todos os deputados desta Casa são solidários a você. Vamos encaminhar a moção de repúdio. Já tomei as providências necessárias. Eu conheço bem sua irmã. Vocês são da minha família. Ela está fiscalizando, e fiscalizar fere interesses. Isso está sendo demonstrado na cidade. Quero parabenizá-la pela coragem e pela força e dizer a você, à minha amiga Simone e à sua mãe, dona Sueli, que contem com esta Casa. Você sempre terá o nosso apoio. Aqui a gente respeita a mulher. Se em outros poderes legislativos as mulheres não são respeitadas, como disse o deputado Pedro Pedrossian Neto, aqui elas o são. Nós fazemos questão de demonstrar isso.

VEREADORA SUMARA LEAL (PDT) — Obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu sei que não está no Regimento, mas eu peço permissão para me manifestar, porque esta pauta é importante.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Pois não.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu quero dizer à vereadora e à prefeita que esta pauta é muito cara para nós mulheres e que a deputada Lia, a deputada Mara e eu estamos muito atentas a tudo o que está acontecendo. A tentativa de silenciar as mulheres no espaço da política vem sendo discutida também no âmbito nacional. Há realmente um movimento machista que tenta nos silenciar a todo momento. Mas eu quero dizer a vocês que a nossa luta não começou agora, ela começou há alguns séculos, e que em toda a história tentaram silenciar as mulheres, porque nós temos

habilidades, competências, que incomodam todo o sistema do patriarcado. A gente precisa entender a nossa força, para entendermos porque há uma tentativa de nos silenciar. É importante compreendermos esse processo, para que saibamos da nossa força, e que a nossa força é coletiva. Nós mulheres de todos os partidos (independentemente de sigla partidária, como disse a deputada Lia) temos, historicamente, o hábito de nos unir e de nos fortalecer, em defesa das mulheres e da participação das mulheres, numa luta grandiosa contra a violência. As tentativas de nos silenciar no Parlamento, no Executivo, nos espaços da política, também estão relacionadas à quantidade de violências contra as mulheres. Só semana passada, eu acompanhei três casos de violência, brutais e fatais, cometidos contra mulheres aqui no estado. Nós precisamos saber que estamos cuidando umas das outras. Nós estamos cuidando umas das outras e juntas vamos cuidar de outras que estão passando por esse processo. A vereadora de Porto Murtinho e a deputada Camila Jara também passaram por um processo de violência de gênero. Nós mulheres da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, junto com nossos colegas deputados, temos observado e acompanhado tudo. Estamos com vocês. Sintam o meu abraço. Eu não estou aí hoje, mas estou aqui, atenta, cuidando, observando, tudo o que está acontecendo. Saibam que esta luta é nossa também. Eu tenho dito que o espaço da política não foi feito para nós. O Regimento desta Casa mesmo nem foi construído para nós. Nós tivemos que lutar pelo direito de participar dos partidos, de votar e ser votada, de estar dentro de todos os espaços. A luta continua. Mas há uma decisão, que foi construída coletivamente, historicamente, de que nós decidimos, de que nós vamos ocupar os espaços da política. Nós somos muitas. Nós estamos juntas. Nós decidimos que vamos ocupar, que vamos ficar e que não vamos desistir. A gente fica feliz em saber que essa pauta também é forte onde vocês estão. Nós precisamos lutar por todas as mulheres. Estamos juntas. Obrigada.

VEREADORA SUMARA LEAL (PDT) — Obrigada, deputada.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Sumara, muito obrigado pela sua participação. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Transferida. Pois bem, nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a Sessão. Está encerrada a Sessão (11h43min).